



Câmara Municipal de Garça

Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

26ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 1991

PRESIDENTE : GILBERTO GARCIA

SECRETÁRIOS: LUIZ KUNITA E ANDRELINO ALVES DE SOUZA

007

AOS dois dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, com início às vinte horas e trinta minutos, sob a Presidência do sr. Gilberto Garcia - Presidente, tendo como Secretários os srs. Luiz Kunita - 1º Secretário e Andreilino Alves de Souza - 2º Secretário, foi realizada, no Plenário da Câmara Municipal de Garça, a 26ª Sessão Ordinária do ano de 1991. Feita a chamada inicial pelo sr. Secretário, constatou-se as presenças dos seguintes Vereadores: Afrânio Carlos Napolitano, André Luis Gavioli Rodrigues, Andreilino Alves de Souza, Antonio Alexandre Marques, Antonio Macelloni, Antonio Rodolfo Devito, Diogo Sebastião de Oliveira, George Antonio Nogueira, Gilberto Garcia, João Seralpião, José Alcides Faneco, Luiz Kunita, Luiz Roberto Lopes de Souza, Olívio Turatto, Rodrigo de Sá Funchal Barros, Valdemar Zimiani e Yoshikaso Kakudate, totalizando 17 Edis presentes. Havendo número legal para início dos trabalhos, o sr. Presidente declarou abertos os trabalhos da presente Sessão, colocando em discussão as Atas da 22ª, 23ª e 24ª Sessões Ordinárias, bem como da 7ª Sessão Extraordinária do ano de 91. Encerrada a discussão, passou-se as votações das Atas em referências, sendo todas aprovadas por unanimidade de votos pelo Plenário. A seguir, os srs. Secretários passaram a ler os expedientes da Sessão. EXPEDIENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL: Projeto de Lei nº 63/91, solicitando autorização para doação de área para a Associação Cultural e Educacional de Garça, bem como doação de livros à entidade. Projeto considerado objeto de deliberação pelo Plenário; Projeto de Lei nº 64/91, abrindo crédito suplementar no valor de CR\$ 2.000.000,00 para rubrica do Setor de Vias Urbanas. Projeto considerado Objeto de Deliberação pelo Plenário; Ofícios nºs 613 e 619/9, encaminhando cópias das leis nºs 2.654 a 2660 do ano de 1991; Convite para as solenidades alusivas à Semana da Pátria. EXPEDIENTE DE DIVERSOS: Ofícios, do Deputado Mauro Bragato, do Secretário da Saúde-SP, Telesp-Marília; Câmaras Municipais de Araraquara, Rio Claro, Suzano e Marília; da Loja Maçônica General Moreira Guimarães IV; Convite s do CEPAM e da Delegacia de Ensino de Garça; Telegrama do deputado José Antonio Barros Munhoz - Secretário da Agricultura-SP e balancete da Câmara Municipal de Garça, do mês de JULHO/91. EXPEDIENTE APRESENTADO PELOS VEREADORES: Projeto de Lei nº 62/91, do Vereador Andreilino Alves de Souza, declarando de utilidade pública a Associação Cultural e Educacional de Garça. Projeto considerado objeto de deliberação pelo Plenário. Requerimentos, nºs 158/91-Ver. Afrânio Carlos Napolitano, solicitando informações ao SAAE sobre a falta d'água na rua das Flores, entre ruas Maria Izabel e Francisco da Silva Braga; nº 159/91-Ver. Afrânio Carlos Napolitano, instalação de telefone público em frente ao Posto de Saúde; nº 160/91-Ver. Afrânio Carlos Napolitano, informações da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano - CDHU, sobre as casas do Jardim Morada do Sol. Indicações nºs 87/91-Vereador George Antonio Nogueira, medidas visando ampliação do leito carroçável da rua I, no Jardim Morada do Sol; 88/91-Ver. George Antonio Nogueira, intensificação do serviço de captura de animais soltos na cidade; nº 89/91-Ver. Valdemar Zimiani, reabertura de inscrições para as casas populares em Jafa; nºs 90, 91, 92 e 93/91, todos de autoria do Vereador George Antonio Nogueira, sobre os seguintes assuntos: pintura de sinalização de solo nas ruas das vilas José Ribeiro, Rebelo e Labieópolis; arborização da área destinada a praça pública no Núcleo Habitacional Garça II; implantação de rede de iluminação pública na rua I, no conjunto habitacional Garça II e desapropriação da área localizada aos fundos do Bosque Municipal para preservar a mata ali existente. Os Requerimentos, devido aos pedidos de urgência, foram encaminhados à Ordem do Dia da Sessão. As Indicações encaminhadas ao sr. Prefeito.



Câmara Municipal de Garça

Estado de São Paulo

008

A seguir o sr. Presidente concedeu a palavra aos Vereadores em Pequeno Expediente. O Vereador George Antonio Nogueira, utilizando a Tribuna, demonstrou seu descontentamento em relação à Polícia Florestal de Garça, pelo fato que presenciou domingo passado, quando a mata, ao lado do Bosque pegava fogo, sendo que este fogo era de origem criminosa, já que foram encontrados galões no local, e os policiais nada fizeram para debelar o incêndio. Lembrou que em recente resposta a um requerimento da Casa, especificamente do Vereador Rodrigo de Sá Funchal Barros, o comando daquela unidade da Polícia Florestal informou que eles fazem o policiamento ostensivo, mas cade este policiamento. O Vereador enfatizou que ao perceber o fogo, procurou a administração municipal e entrou em contacto com os bombeiros que prontamente trabalharam da melhor forma possível para conter as chamas, mas quanto a Polícia Florestal esta nada fez e nem sabia que ali estava pegando fogo. Finalizou dizendo ser lamentável a instalação desse destacamento, que é mais um cabide de empregos. Não havendo mais oradores no Pequeno Expediente o sr. Presidente concedeu a palavra aos Vereadores no Grande Expediente. A seguir, a síntese dos discursos dos Vereadores nesse período. GEORGE ANTONIO NOGUEIRA: Citou o fato dos fiscais da Prefeitura estarem exigindo que os comerciantes baixem as portas aos sábados, ao meio dia, tendo ou não pessoas nos estabelecimentos e que é necessário fazer algo no sentido de tentar dar uma tolerância nesse horário, pois nesta época de crise esta se proibindo o comerciante de trabalhar. O Vereador Andreolino Alves de Souza, aparteando, disse que não se pode condenar os fiscais, pois estes estão cumprindo a lei e que isto tem que ser reestudado. Que então os fiscais teriam que serem notificados para não fazer as autuações aos comerciantes. O Vereador George Antonio, prosseguindo, disse que o bom senso deve imperar sobre esse assunto. Lembrou da reunião da AMCOP, realizada em Alvinlândia, em que esteve presente o Secretário da Agricultura, e este abordou pontos importantes, como a intervenção do Governo para a não demissão de trabalhadores na Autolatina. Frisou que da maneira como a agricultura esta sendo tratada não se sabe no que virará, pois, devido a política eleitoreira, com a construção de casas populares nas cidades, deixou-se a agricultura de lado. O homem do campo é atraído à cidade, mas isto é uma ilusão, e este acaba tornando-se um "boia fria". Lembrou do pedido do sr. Secretário para que as Câmaras e Prefeitos se mobilizem no sentido de desenvolver uma estrutura que possa abrir caminho junto ao Governo Federal, pois a situação poderá eclodir com a revolta do povo que não terá nem o alimento do dia a dia. Finalizando, disse que temos que nos mobilizar, pelo menos aqui em nosso Município, nesse sentido. RODRIGO DE SÁ FUNCHAL BARROS: Cumprimentou o Vereador George Antonio pelos temas abordados da Tribuna. Disse que quanto ao êxodo rural, isto esta ocorrendo porque os proprietários rurais não tem mais como segurar o trabalhador rural no campo, face as condições financeiras por que atravessam e ainda devido que há trabalho na época das colheitas. E frisou que há o incentivo para que o homem do campo venha à cidade, atraído pelas ofertas de empregos nas industrias, mas que a cidade não esta industrializada para recebê-lo. A questão do horário comercial, lembrou o Vereador que na época da aprovação do código de posturas, ouviu-se os comerciantes e comerciários, mas deixou-se de ouvir a principal parte, que eram os consumidores. Que, ao fim, por falta de organização do publico consumidor e por falta de liderança dos comerciantes, prevaleceu a sugestão dos comerciários, que se interessaram mais pelo assunto. O Vereador George Antonio Nogueira, aparteando, lembrou que a antiga lei previa a abertura no 1º e 2º sábados e hoje é só o 1º sábado subsequente ao 5º dia útil. O Vereador Rodrigo, prosseguindo, disse que a lei está trazendo transtornos, e que concorda com a sugestão, dando-se uma tolerância quanto a esse horário. Sobre o fogo na mata do Bosque, disse ter testemunhado a pronta ação da administração e bombeiros, mas infelizmente não se viu a ação da Polícia Florestal. O Vereador George Antonio, aparteando, disse que -



Câmara Municipal de Garça

009

Estado de São Paulo

que não foi só no domingo que ocorreu o fogo, mas isto ocorreu também na sexta-feira, sábado, e, inclusive hoje, por volta de uma hora. O Vereador Antonio Rodolfo Devito, aparteando, disse que por se tratar de incêndio criminoso, como foi dito, há que ser feito um Boletim de Ocorrência para apurar o fato e a pessoa que esteja ateando o fogo - ser punida de acordo com a lei. O Vereador Rodrigo, prosseguindo, disse que alguma coisa há que ser feita para preservar a mata. A seguir, comentou sobre o Projeto que deu entrada hoje na casa, sobre a doação de terreno para a Associação Cultural e Educacional de Garça instalar as faculdades. Demonstrou preocupação, pois o projeto não traz muita garantia ao Município no sentido de que a faculdade realmente venha a funcionar. Sugeriu que se mude o texto do projeto, doando-se o terreno em comodato, por certo tempo. O Vereador Luiz Kunita, aparteando, lembrou que o projeto é condicional e dá o prazo de 6 meses para o início da construção e 12 meses para o início das atividades. Que em setembro do ano vindouro teremos a faculdade funcionando. O Vereador Rodrigo, prosseguindo, disse de seu temor que ela não venha a funcionar por algum motivo e aí a municipalidade estaria se desfazendo de um patrimônio público. O Vereador Antonio Rodolfo Devito, aparteando, demonstrou sua preocupação, pois já se viu o que ocorreu com o Distrito Industrial e concordou com o Vereador da Tribuna, pois o comodato é o melhor para essa questão. O Vereador Rodrigo, prosseguindo, disse que pode fazer-se uma emenda, adotando o comodato, visando assim garantir o retorno do patrimônio ao Município em caso de não funcionamento da Faculdade, como já ocorreu anteriormente. O Vereador Afrânio Carlos Napolitano, aparteando, lembrou que o terreno em questão fica atrás da Escola Lydia Yvone e deveria ser preservado para ampliação dessa escola. Que na última Sessão, quando foi aprovada a subvenção para o Colégio Santo Antonio, procurou ver se a entidade não tinha fins lucrativos, e ao que parece a entidade alvo dessa doação tem esses fins lucrativos, podendo até ser ilegal essa doação. O Vereador Rodrigo, finalizando, disse que o seu interesse era levantar o fato e que deseja que a faculdade realmente funcione, mas é preciso fazer a coisa bem feita e a Câmara não pode ser conivente com a maneira como esta sendo feita a doação. LUIZ ROBERTO LOPES DE SOUZA: Disse concordar com as críticas feitas à Polícia Florestal de Garça, pois tem sentido uma ação quase zero do destacamento. Quanto ao horário comercial lembrou que a legislação é dinâmica e poderia ser revisada, o que ocorreria quanto aos horários para depósito de bebidas, locadoras de vídeo, venda de botijões de gás, etc.. Lembrou que a denúncia do Vereador George Antonio deve ser formalizada de forma clara e não crê que os funcionários da Prefeitura tenham tido tais tipos de comportamento. Lembrou que no último sábado houve problemas com comerciantes que já foram autuados pela segunda vez e dizem que vão continuar abrindo. Que esteve até por volta das 13:45 na Rua Arão do Rio Branco e não houve fiscalização ali nesse período, que ali chegou nesse horário, multando dois estabelecimentos das imediações. O Vereador George Antonio Nogueira, aparteando, disse que as 12:15 a fiscalização estava atuando na Rua Carlos Ferrari. O Vereador Luiz Roberto, prosseguindo, disse que o comerciante deve respeitar o consumidor, mas que grande parte deles são contrários a abertura após as 12:00 horas, como o vencido na reunião realizada pela Associação Comercial na época da votação do Código de Posturas. Disse ser preciso rever a questão, mas sempre preservando o direito do comerciante nas suas 44 horas e seu contrato de trabalho. Em relação a política habitacional, disse que despovoar o campo não é uma forma inteligente de aplicar essa política social. Lembrou do Requerimento apresentado na Sessão, pedindo a reabertura do prazo de inscrições para as casas populares de Jafa, possibilitando que os moradores da zona rural façam suas inscrições e condenou a medida, pois as casas são para atender aos moradores do distrito. O Vereador Rodrigo de Sá Funchal Barros, aparteando, disse que Jafa deve ter em torno de 200 edificações e esse programa que prevê a construção de 100 casas irá fazer com que ocorra problemas com o Distrito,



Câmara Municipal de Garça

Estado de São Paulo

010

O Vereador Luiz Roberto, prosseguindo, disse ter demonstrado essa preocupação ao sr. Prefeito e realçou que o homem do campo deve ser fixado no campo com uma política agrária séria, dando-lhe condições de progredir no seu trabalho e que isto deve ser feito pelo Governo Federal. É preciso melhorar as condições de moradia para o empregado e também melhorar as condições de trabalho da pessoa, não fazendo da política habitacional algo de demagógico e em busca do voto da pessoa que necessita da casa própria. O Vereador George Antonio, aparteando, lembrou de seu requerimento para que fossem construídas casas populares para os habitantes de poucos recursos, mas que no entanto o que se vê é uma política eleitoreira de construção de casas nos Município que apresentam índices deficitários de moradias. O Vereador Luiz Roberto, prosseguindo, abordou o Projeto de doação do terreno para a faculdade, dizendo que a entidade também não possui fins lucrativos, pois senão o projeto não viria à Casa. Afirmou que não há porque haver preocupação, pois o projeto é legal e não fere nem a Lei Orgânica e nem os princípios que regem a alienação de bens imóveis através de doações. Lembrou que, se amanhã a faculdade vier a se desinteressar da sua atividade educacional, seu patrimônio será transferido para uma entidade congênere, como prevê o estatuto e por exigência do Ministério da Educação. O Vereador Rodrigo, aparteando, indagou de que forma dar-se-a a transferência. Se haveria a venda ao outro grupo ou só a doação. O Vereador Luiz Roberto em resposta, disse que a transferência será para entidade congênere e de preferência de Garça, devendo haver uma indenização para os possíveis investimentos realizados pela faculdade, mas o bem imóvel, objeto da doação seria transferido sem ônus. O Vereador George Antonio, aparteando, indagou se houve a tentativa de se conseguir outra área, como aquela onde funcionou a Delegacia de Ensino, na Rua Maria Izabel para a instalação da faculdade. O Vereador Luiz Roberto, prosseguindo, disse saber que houve contato sobre aquela área, mas em razão do valor exigido e também face as adaptações necessárias a serem feitas, não se chegou a bom termo. Finalizou, dizendo que a Casa deve estar aberta para discutir o problema, sem nenhum pré-concebimento da matéria, sempre colaborando de forma efetiva para que o velho sonho de instalar um curso superior em Garça torne-se realidade. VALDEMAR ZIMIANI: Disse que o lugar do trabalhador rural é na fazenda, mas há o incentivo do Fazendeiro para que este venha para a cidade, pois hoje já não há serviços para as senhoras nas fazendas. Que deveria haver um financiamento para construção de casas populares nas fazendas. Lembrou que o então Vereador Jathyr Mafud já dizia que o Governo, ao invés de incentivar a Casa Popular, deveria criar um tipo de financiamento para construção de casas nas fazendas e lá segurar os trabalhadores rurais. Que o "boia fria" ganha muito mais morando na cidade do que na fazenda, daí a preferência deles em residir na zona urbana. E finalizando, disse, que a coisa já vem errada e não é a Câmara que irá acertar. Não havendo mais oradores inscritos, e estando inscritos para ocupar o espaço destinado a Tribuna Livre o sr. Evilázio Magalhães, o sr. Presidente o convidou para fazer sua explanação. O sr. Evilázio Magalhães, ocupando a Tribuna, discorreu sobre o tema "Comércio na Faixa de Integração", e, após fazer um breve relato sobre a trajetória de sua vida, e também comentando sobre sua família, desde os tempos da escola, passando pelas atividades ligadas a igreja e futebol, onde enumerou suas atividades, dentre as quais a instalação de um posto de gasolina em Alvinlândia, com recursos próprios e que funciona até hoje e a passagem pela Presidência do Garça Futebol Clube, quando não teve apoio financeiro da administração municipal da época, passou a abordar o assunto alvo de sua participação na Tribuna Livre. Lamentou os fatos que tem ocorrido entre a sua pessoa e a atual administração municipal, que através do setor de fiscalização tenta proibi-lo de fazer funcionar seu estabelecimento comercial na faixa de integração, um desmanche de carros e oficinas. Disse não aceitar tal imposição porque naquele trecho funcionam estabelecimentos congêneres, inclusive citou o caso de uma borracharia que funciona na Rua Deputado Mangel Joaquim Fernandes, praticamente na rua. E, finalizando, disse que só deixará de instalar sua firma se ou-



Câmara Municipal de Garça

Estado de São Paulo

011

outras empresas também o fizeram, já que a lei é para ser cumprida por todos. Na sequência, o sr. Secretário fez a 2ª chamada para a Ordem do dia, verificando que os 17 Vereadores componentes da Casa estavam presentes. Havendo número legal para a sequência dos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia. ITEM ÚNICO - Parecer nº 55/91, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, oferecendo Redação Final ao Projeto de Lei nº 50/91 que dispõe sobre a anistia tributária às entidades assistenciais locais. Discussão e votação únicas. Tendo sido observado que ninguém solicitará a palavra e após a leitura na íntegra do parecer pelo sr. Secretário, em obediência ao disposto no artigo 186 do Regimento Interno, passou-se à votação do referido parecer, sendo o mesmo aprovado por unanimidade de votos pelo Plenário. Na sequência foram votados os Requerimentos nºs 1568/91, 159/91 e 160/91, sendo os mesmos aprovados por unanimidade de votos. Esgotada a Ordem do Dia, o sr. Presidente concedeu a palavra aos Vereadores em Explicação Pessoal. O Vereador André Luis Gavioli Rodrigues externou sua opinião sobre as casas populares, dizendo ser favorável as inscrições dos homens do campo, visto que estes não tem mais condições de viver nas propriedades rurais. Disse ser a favor, pois o homem é essencialmente social e cosmopolita e procura a cidade. Realçou que as grandes propriedades estão se dissolvendo e se tornando pequenas propriedades, e isto não só no Brasil, mas também em outros Países, como na Inglaterra, onde o homem está migrando para a cidade. Lembrou que é proprietário rural em Santa Terezinha, onde doou terreno para casas populares, sem fazer média nenhuma e finalizando disse que na medida do possível tem melhorado as residências de sua fazenda o que não tem ocorrido com outros proprietários, face as condições e as mais diversas adversidades do momento. O Vereador Rodrigo de Sá Funchal Barros, após cumprimentar o orador da Tribuna Livre, sr. Evilázio, disse não ser contrário que o homem do campo concorra a uma casa popular, mas que a cidade não está preparada e aparelhada para trazer mais gente à área urbana, principalmente na periferia. Não há as mínimas condições de vidas para essas pessoas, e já aqueles que estão na cidade vivem com grande dificuldade. Que deve haver a infra-estrutura necessária nas cidades para abrigar esses homens e famílias, mas não é o que ocorre, pois o programa de habitação popular só visa o resultado eleitoral. É arriscado fazer política construindo-se 100 casas onde já existem 200, como no distrito de Jafa, trazendo pessoas da zona rural para passar necessidades na cidade. Finalizando, comentou sobre os vazios urbanos existentes na cidade, e em algumas quadras há menos de 50% de lotes edificadas e que seria interessante se pensar em um financiamento de habitação popular, ocupando-se tais espaços e dotando-os de infra-estrutura também. O Sr. Presidente agradeceu ao sr. Evilázio Magalhães e se prontificou a fazer um reestudo da lei enfocada. Lembrou também do convite feito pela Loja Maçônica General Moreira Guimarães IV, em comemoração à Semana da Pátria, com a realização de palestra, conforme convites já recebidos pelos Edis. E, não havendo mais solicitação de palavra, em nome de DEUS, declarou encerrada a Sessão. Para constar, foi lavrada a presente ATA. Câmara Municipal de Garça, 02 de setembro de 1991.

- GILBERTO GARCIA -
PRESIDENTE

- LUIZ KUNTA -
1º SECRETÁRIO

- ANDRELINO ALVES DE SOUZA -
2º SECRETÁRIO